



Assembleia de Freguesia de Cortegaça

Concelho de Ovar

Reunião Ordinária de trinta de abril do ano de dois mil e dezanove

Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu pelas 21 horas e dez minutos no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em reunião ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;
- **Ponto Dois:** PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia);
- **Ponto Três:** Atividades da Junta de Freguesia;
- **Ponto Quatro:** Discussão e apreciação da prestação de contas do ano económico de 2018;
- **Ponto Cinco:** Discussão e apreciação do inventário em 31/12/2018;

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa (Presidente), Maria da Conceição Grade Alves e Cipriano Oliveira Gomes (Secretários), constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, eleitos pelo Partido Social Democrata; António Alves de Sousa, Cecília Maria Sá de Oliveira Reis, Jorge Miguel Silva e Sílvia Oliveira (pela Bancada do Partido Social Democrata) e ainda Américo Dias e Miguel Coelho (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente (Presidente), Paulo Pinheiro (Tesoureiro) e António Oliveira (Secretário), ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

Aberta a ordem de trabalhos da reunião, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciana de Sousa, deu início ao ponto um da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia de Freguesia.



- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público:

Foram abertas as inscrições ao público para pedirem esclarecimentos sobre quaisquer assuntos relacionados e de interesse para a nossa freguesia.

Da parte do público inscreveu-se David Oliveira.

David Oliveira após cumprimentar todas as pessoas presentes, iniciou a sua intervenção questionando-se se possivelmente alguém pudesse já ter falado na situação, referindo que tinha anotado alguns pontos importantes que lhe traziam preocupação, em questão de segurança, podendo causar incidentes ou acidentes, cuja responsabilidade poderia ser atribuída à Junta de Freguesia, Câmara Municipal ou outras entidades.

Começou por nomear em primeiro a Rua da Lavoura (ao descer, no lado direito), sugerindo um sinal de proibição de estacionamento e a pintura do chão em amarelo, visto que as pessoas ao irem para a praia, já sucederam acidentes com carros que vêm da Rua do Covelo, causando assim um transtorno.

Em segundo, deu conhecimento das sargetas, uma em frente ao *Dacasca* e outra em frente ao minimercado (antigamente onde era o da *Celona*), devido à falta de um ferro na própria sargeta das águas pluviais.

Em terceiro, salientou a degradação da pétala dos mosaicos em frente ao *Dacasca* e por último, destacou necessidade da colocação de sinalização na praia (dando o seu parecer de que achava que a Junta já teria resolvido essa questão), no entanto, assinalou a falta de civismo da população, dado que se poderia continuar a ver, por exemplo, junto à casa da irmã do Arquiteto Miguel Lima, os carros estacionados em frente.

Segundo sua opinião, esta será a altura ideal para começar a fazer alguma coisa em relação a esta situação, atenta a proximidade (um mês e meio mais ou menos) da época balnear.

Terminada a intervenção de David Oliveira, a Sra. Presidente de Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta, Sérgio Vicente, onde começou por cumprimentar todos, especialmente ao Sr. Vereador, Vítor Amaral, da Câmara Municipal de Ovar, dando-lhe as boas vindas a Cortegaça e afirmando que é um gosto vê-lo por cá.

Em resposta aos pontos críticos colocados na intervenção anterior, o Sr. Presidente da Junta, começa por acusar a dificuldade, que é para a Junta, no que respeita à segurança



rodoviária, atento o incumprimento das mesmas pela população, aproveitando para relembrar que a sinalização amarela já existiu no local.

Continuou, declarando que quando foi elaborado o projeto do cruzamento do pombo (fazendo um ponto de situação para o público, referiu que o projeto está pronto para execução, tendo sido este enviado para as Infra Estruturas de Portugal, para uma última análise), a intenção do Executivo era que a Rua do Covelo, passasse a ter sentido contrário ao que tem de momento, para evitar o fluxo de tráfego, quer no que respeita à estrada N109 quer da praia.

Referiu ainda, que, infelizmente, a sinalização não seria solução para o problema, mesmo havendo a possibilidade de a colocar, tendo em consideração, o exemplo do sinal de proibição de estacionamento no Pombo, dando para verificar de igual forma, o estacionamento de carros na faixa da esquerda (sentido contrário ao trânsito). Contudo, rececionou o alerta e afirmou que se procurará minimizar o impacto.

Respetivamente à questão das duas sarjetas, explicou que são situações que vão procurando estar atentos, agradecendo o alerta e reafirmando que se procurará resolver o mais rápido possível a situação.

Acrescenta que a última intervenção na praia de Cortegaça foi em mil novecentos e oitenta e nove, com a execução da Avenida da N.ª Sr.ª Da Nazaré. Houve, apenas em 2013, a conclusão dos passeios.

Acrescentou que havia já um projeto para a reabilitação da praia (avenida), tendo em conta o desgaste causado pela aragem do mar e pelo tempo, na praia, em relação ao resto da freguesia, confirmando depois, que no caso das sarjetas, são várias substituídas todos os anos, pelo facto destas apodrecerem.

No caso do *Dacasca*, lembrou a intervenção feita recentemente, pelo piso ter cedido, provavelmente pela força da água, tendo em conta que a área está assente no paredão, sustentando o murete, em frente ao *Dacasca*, ao longo da costa, no entanto ficou com o conhecimento e assegura que se irá tentar resolver o mais depressa possível a situação.

Voltando à Avenida N.ª Sr.ª da Nazaré e das ruas laterais, o Sr. Presidente expõe a sua ideia de que a sinalização colocada reduziu sensivelmente o abuso constante na área, informando que já foi feito orçamento para a colocação de pinos, sendo essa, provavelmente a única solução, de momento. Orçamento esse, que aproveitou para referir que já tinha feito anteriormente, há dois anos, tendo um custo, de cerca de dezoito mil euros e aproveitando para



dar o conhecimento de um contacto com uma nova empresa, cujos preços parecem muito mais acessíveis, dando oportunidade para em breve, se colocar um pino de comando, para que os moradores tenham assim um acesso facilitado às próprias garagens e poderem, no entanto, bloquear definitivamente, o acesso a quem não é morador.

Por fim, nota, que estão à procura da solução, não sendo também do próprio agrado verem a situação. Prossegue afirmando que ao contrário do tempo de Inverno e das suas condições climáticas, poderia até existir alguma compreensão, o contrário do que sucede no Verão, não havendo compreensão possível. Trata-se de um espaço com o objetivo das crianças poderem andar de bicicleta, jogar à bola, correr ou saltar, sem o risco de sofrerem qualquer acidente.

Concluídas as explicações, a Sra. Presidente de Assembleia prosseguiu para o próximo ponto.

- **Ponto Dois:** PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia):

Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia iniciou a intervenção direcionando-se à ata de vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezanove, que, uma vez enviada, anteriormente por e-mail para todos os membros da Assembleia, se prescindisse da leitura da mesma, passando-se, de imediato, à sua votação.

Começou, então, por questionar, quem votaria contra, quem se abstinha e quem era a favor, tendo sido aprovada a ata da reunião extraordinária de vinte e seis de dois mil e dezanove por unanimidade.

Terminadas as votações, foi tempo de dar lugar às inscrições dos membros da Assembleia, para poderem intervir com assuntos pertinentes para a freguesia. Inscreveram-se Américo Dias e Miguel Coelho.

Primeiramente, tomou conta da palavra Américo Dias, que após cumprimentar todas as pessoas presentes, começou por afirmar que o campismo, mesmo sendo um assunto já falado em todas as Assembleias de Freguesia, havia algumas questões não esclarecidas, que gostaria de as questionar ao Sr. Presidente de Junta dando prioridade à questão dos moldes em que se encontra a funcionar a atual administração do parque de campismo, perguntando, de seguida se por nomeação do tribunal ou outra.

Prosseguiu com as seguintes questões:



“apesar da existência de contencioso judicial, a Junta não deixou de ser a proprietária dos terrenos, a atual administração está a pagar renda ou não? Se não está a pagar a renda, houve alguma decisão judicial ou acordo nesse sentido? Se não paga renda, está previsto que em alguma circunstância a tenha que voltar a pagar, nomeadamente por exemplo, apresentando lucros de exploração no final do ano? Relativamente ao cemitério velho, afinal parece que ainda só se está na fase da memória descritiva do projeto e na realização do caderno de encargos, no entanto aquando da inauguração da estátua de Santa Marinha, o Presidente da Junta afirmou no seu discurso, que na Primavera deste ano as obras estariam no terreno. Para quando a requalificação e o enquadramento paisagístico deste espaço?”

Proseguiu a sua intervenção, “Trazendo de novo a esta reunião da Assembleia de Freguesia, aquele que considero ser um assunto de extrema importância para o interesse da Freguesia e de todos os Cortegacenses, e que no meu parecer, foi tratado e apresentado a esta Assembleia levemente, fazendo-nos crer que o assunto da proposta estava ali a ser apresentado em primeira mão, senão vejamos e analisemos: Na Assembleia de Freguesia, do dia 27 de Dezembro de 2018, foram apresentadas e discutidas três propostas de venda de diverso património da Freguesia de Cortegaça. Dada a escassez de informação que nos foi disponibilizada relativamente a estes assuntos, aquando da votação, e porque não estávamos detentores de informação suficiente para que em plena consciência pudéssemos votar, o grupo do Partido Socialista decidiu abster-se na votação destes três pontos. Sugerimos então, que se realizasse uma assembleia extraordinária, onde nos fosse facultada mais informação. Para essa assembleia extraordinária, a única documentação que nos foi enviada foi o Relatório de Avaliação do terreno, realizado pelo Eng.º Carlos Violas, que lhe atribuía um valor de 162.256,00 €, tendo como princípio de base para este cálculo, a implantação de uma unidade hoteleira. Até à introdução deste assunto na Assembleia extraordinária estivemos sempre desconhecedores da existência de qualquer proposta de compra. Fomos apanhados de surpresa com essa apresentação e principalmente com toda a encenação e desenvolvimento da dita proposta de compra. A existência de uma proposta de compra por parte de qualquer entidade, nunca foi informada (pelo menos ao grupo do Partido Socialista). A existência, discussão ou apresentação de qualquer proposta de compra não fazia parte da ordem de trabalhos. O ponto 2 da ordem de trabalhos tratava da discussão e votação da proposta de venda do Artigo Matricial nº 1930 (antigo Artigo Matricial nº 857). O Sr. Presidente da Junta entregou à Mesa da Assembleia de Freguesia em envelope fechado, por parte da empresa Rednyx, Lda, a proposta de compra do aludido terreno. Se foi entregue em envelope fechado subentende-se que até ali o valor seria



desconhecido... Até porque foi depois de aberto esse envelope que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia lê o transcrito na carta na qual constava a proposta de compra do imóvel com o Artigo Matricial nº1930, pelo valor de oitenta e um mil euros. Referindo que foi essa a única proposta recebida. O Sr. Presidente da Junta não manifestou qualquer surpresa ao ler o valor da proposta apresentada, assim como os restantes elementos do Grupo do P.S.D., ao contrário dos elementos do Partido Socialista que manifestaram oportunamente a sua surpresa, face à discrepância da avaliação existente. Que se saiba a Junta de Freguesia não realizou qualquer hasta pública para a venda do aludido terreno. Se ela tivesse existido poderia ter cabimento a observação feita pelo Sr. Presidente da Junta de que não existiram mais propostas. Essa foi a única que existiu ao que parece por iniciativa do interessado, certamente manifestando esse interesse junto do Executivo, à qual a Junta de Freguesia deu cabimento e desenvolvimento ao ponto de já existir da parte da Rednyx, Lda, a elaboração de um projeto digital, apresentado naquela Assembleia. O Documento que foi entregue em mão a todos os elementos, na própria Assembleia, pelo Sr. Presidente da Junta, com a Proposta da Junta de Freguesia para a Venda do Prédio Rústico com o Art.º Matricial N.º 1930, não menciona qualquer valor para a venda. No entanto este é único documento que se enquadra no ponto 2 da ordem de trabalhos, que é apresentado a esta Assembleia como “PROPOSTA DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTEGAÇA PARA A VENDA DO PRÉDIO RÚSTICO COM O ARTº MATRICIAL N.º 1930” Sem conhecimento de um valor (visto que a carta em envelope fechado foi ali aberta pela primeira vez... se assim não foi, deveria ter informado previamente esta Assembleia que já era conhecedor da proposta de compra e do seu valor), sendo assim e tendo por base que não conhecia o valor, qual foi a base que serviu para que a Junta de Freguesia mesmo antes de o conhecer elaborasse um conjunto de condições para a proposta de Venda? A análise desta situação e o desenvolvimento de toda a reunião dessa assembleia extraordinária faz-nos pensar que o grupo do partido Socialista foi discriminado pelo executivo, sendo-lhe ocultada informação, ao contrário do grupo do P.S.D. que já estaria em posse de informação privilegiada, a abordagem das suas intervenções, já tinham no seu conteúdo redigido, alegadamente conhecimento deste processo. O Sr. Presidente da Junta iniciou a sua intervenção, lembrando que aquando da discussão da venda de três imóveis, apresentada numa das últimas Assembleias, que a venda de qualquer património da freguesia deve trazer valor acrescentado à mesma. Não vender por vender, mas vender porque o resultado dessa venda possa trazer desenvolvimento e progresso à freguesia e por isso ficou esclarecido que o Executivo só traria a venda de qualquer um dos imóveis se ela cumprisse estes requisitos de valorização para a freguesia. No entendimento do grupo do Partido Socialista as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia não acautelam os superiores interesses da Freguesia de



Cortegaça e dos seus Fregueses, pois na nossa apreciação o novo proprietário sairá sempre a ganhar com este negócio. O mesmo já não pode eventualmente dizer-se da Junta de Freguesia. Como sabemos, todo o processo de licenciamento e autorização de exploração de uma unidade Hoteleira carece de imensa burocracia, que será extremamente demorada, o seu licenciamento não depende só dos serviços municipais, mas também de outros serviços centrais, nomeadamente os ligados ao turismo. O comprador ao fim de cinco anos da data da escritura fica livre de qualquer vínculo contratual que o obrigue a manter o investimento, podendo mesmo se assim o entender vendê-lo... e cinco anos passam num ápice. O grupo do Partido Socialista, apresenta esta exposição, unicamente com o propósito de que o Sr. Presidente da Junta considere rever todo este processo, sugerindo-lhe que não avance com o negócio nestes moldes. No nosso entendimento, independentemente de sermos a favor de que uma unidade Hoteleira será uma mais-valia para a nossa terra, entendemos que a Junta de Freguesia nas condições que apresenta na sua proposta não está a salvaguardar convenientemente os interesses de Cortegaça. Além de que num processo aberto, nomeadamente realizando uma Hasta Pública, poderão surgir outras propostas quicá, mais vantajosas.

Fica a sugestão de reflexão para e pelo bem de Cortegaça!"

Após o término da intervenção de Américo Dias, a Sra. Presidente de Assembleia deu a palavra a Miguel Coelho.

Assim que cumprimentou todos os presentes na sala, prosseguiu:

"No seguimento da intervenção do meu colega de bancada, Américo Dias, acerca da venda do terreno a poente da casa de São Paulo, artigo matricial n.º1930, não posso deixar de dizer umas palavras. Convém deixar bem claro que o grupo do PS desta assembleia, não está contra a construção de um hotel em Cortegaça, muito pelo contrário. Vemos com bons olhos esta iniciativa e esperamos que se venha a tornar um foco de desenvolvimento económico, turístico e social da nossa freguesia. Estamos sim, contra a forma e principalmente contra os valores envolvidos neste negócio, pois consideramos que não defendem os interesses da freguesia. Não compreendemos que um terreno com aquelas dimensões e na localização privilegiada em que está situado, seja vendido por apenas 81.000€, muito abaixo do seu valor de avaliação de cerca de 162.000€ e sem divulgação prévia. Principalmente numa altura em que a Junta de Freguesia de Cortegaça atravessa dificuldades financeiras, responsabilidades das quais, atribuímos única e exclusivamente aos sucessivos executivos do PSD, que têm estado à frente dos destinos da freguesia. Aliás, não podemos aceitar o argumento do Sr.º Presidente da Junta, Sérgio Vicente,



quando afirma, e passo a citar, “todos sabem que herdamos uma situação financeira complicada”, porque afinal de contas vamos lá ver uma coisa! O atual executivo está no seu 2º mandato, antes disso, o Presidente da Junta desempenhou funções de tesoureiro nos anteriores dois mandatos, estando por isso a cumprir o seu 4º mandato enquanto membro do executivo. E antes destes 4 mandatos tivemos uma serie de executivos PSD. Por isso pergunto, afinal de contas herdaram uma má situação financeira de quem? De mais ninguém a não ser de vocês mesmos. Convém acrescentar que não aceitamos como justificação para a má situação financeira da Junta de Freguesia de Cortegaça, a questão do processo do parque de campismo, porque a responsabilidade pela gestão desse processo, é também ela do PSD desde o início. Face ao constante aumento da dívida da Junta de Freguesia e á forma como estes negócios, de venda do património da freguesia ao desbarato estão a ser conduzidos, tememos continuar a assistir à delapidação do património da freguesia. Quero ainda referir que este tipo de assuntos não podem ser tratados com esta leviandade. É importante e era o que estava combinado numa assembleia anterior, que seja enviada informação detalhada e atempadamente aos membros da assembleia, para que a possam analisar e tomar uma decisão fundamentada. É inaceitável, esperar que uma decisão destas, seja tomada no próprio momento e unicamente com base numa avaliação que ainda por cima esta longe do valor proposto para este negócio. Acresce que não compreendo que o Sr. Presidente da Junta abra um envelope em plena assembleia, afirmando que não existiam mais propostas. Para além da questão da legalidade deste procedimento, é obvio que não existiam outras propostas, pois não foi a hasta pública. Aliás lanço o desafio ao executivo para fazer isso mesmo, pois estou convencido que haverão outros interessados na compra deste terreno, com o mesmo objetivo de construção de uma unidade hoteleira, proporcionando assim um maior encaixe financeiro. Porque nestas condições, como já disse anteriormente, este só é um bom negócio para os compradores. Tendo eu assistido a algumas assembleias de freguesia no nosso concelho, não pude deixar de reparar que é pratica corrente que a ordem das intervenções seja feita alternadamente. Por isso quero chamar a atenção para o facto que, nas Assembleias de Freguesia de Cortegaça, os membros da bancada do PS são sempre os primeiros a serem chamados a intervir. Quero portanto propor que o mesmo método seja aplicado nas nossas assembleias e que os membros dos diferentes partidos sejam chamados a intervir alternadamente. Neste momento, o Sr. Presidente de Junta interrompe com uma intervenção, lembrando, Miguel Coelho, de que, a inscrição para intervenção, é feita pelos próprios, questionando, como é que Miguel Coelho poderia alternar na presente situação, sendo que estariam só dois para se inscrever, acrescentando que a prática corrente, não era lei.”



Miguel Coelho prosseguiu, questionando

“Para quando uma intervenção na rua da Zefinha completando a rede de saneamento em falta e respetiva pavimentação? Porque não se efetuou esta requalificação em simultâneo com as obras nas ruas dos Tanoeiros e da Agricultura em Esmoriz visto se tratar da mesma via, otimizando assim os recursos municipais? Quero também chamar a atenção para o facto de o resguardo da paragem de autocarros junto à igreja matriz, sendo em acrílico não é muito visível para os peões, pelo que sugerimos que se colem algum tipo de refletores ou se arranje outra solução para evitar potenciais acidentes.”

Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia, questionou se mais algum membro pretendia intervir inscrevendo-se Jorge Miguel Silva.

Jorge Miguel Silva (membro da bancada do PSD) após cumprimentar todas as pessoas presentes, inicia a sua intervenção, retocando que, apesar de ter passado despercebido por alguns, há que referir, também, os elogios à Junta, no que toca, às homenagens que foram feitas.

Aproveitou para destacar, que graças a uma delas é que estavam ali naquele sítio, estando-se, Jorge Miguel Silva a referir ao concerto que a junta de freguesia fez, de acesso gratuito para todos os Cortegacenses no dia 25 de Abril, no Centro Cívico.

Proferiu também que há que reconhecer, que para além da cerimónia comemorativa do 25 de Abril, na sede do município, é importante haver aqueles momentos culturais que são sem duvida, algo bonito de recordar, dando como exemplo, a homenagem que foi feita aos Bombeiros Voluntários de Esmoriz, no dia do seu aniversário (dos B.V. de Esmoriz), que apesar da freguesia que faz fronteira com Cortegaça, (freguesia de Esmoriz), ser “nossa rival”, merece o reconhecimento que foi realizado, principalmente com o hino doado.

No que toca à exposição que foi “feita” pela bancada do Partido Socialista, referiu que havia algumas notas que não pode deixar de apontar, porque realmente eles (membros do PS) afirmaram (se não foi por estas palavras, foi por outras palavras parecidas), que a proposta apresentada à Junta de Freguesia, não defende os interesses dos Cortegacenses e não é pelo bem-estar dos Cortegacenses.

No entanto, após dizerem estes argumentos, os tópicos que anotaram, foram apenas, o dinheiro e o valor da proposta.

Jorge Miguel Silva não deixou de questionar o Partido Socialista se só conseguiriam pensar no dinheiro. Se não conseguiam pensar nos fins económicos, nos sociais e culturais. Sendo que só assim, podiam pensar realmente, nos Cortegacenses.



No que toca às críticas que foram feitas ao executivo do PSD e à bancada do PSD, o interveniente, aponta que realmente é estranho, uma vez que esse mesmo executivo já havia sido apoiado, anteriormente, pelo membro Miguel Coelho.

Finalizada a intervenção de Jorge Miguel Silva, a Sra. Presidente de Assembleia, pergunta se mais alguém pretendia intervir.

Não havendo mais nenhuma intervenção de outros membros da Assembleia, a Sra. Presidente de Assembleia, aproveita para responder à sugestão de Miguel Coelho, começando por declarar que todas as sugestões são bem-vindas e sendo estas para valorizar, muito mais.

Dado o assunto abordado, explicou então, que poderia até fazer aquela ordem, mas sendo que, no presente caso só se tinham inscrito os membros do PS, só poderia dar a palavra então, a esses mesmos membros. Acrescentou que, quando assim não fosse, os membros da bancada do PSD, também se poderiam sentir com alguma fragilidade, por falarem em último lugar.

Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia, referiu que pensava não ser essa a questão. Como se tratava de uma sugestão, adjetivou novamente, que todas elas seriam bem-vindas e, sendo para melhorar, estariam lá todos para aceitar e, não só sugerir de pura crítica gratuita.

Foi então dada a palavra ao Sr. Presidente de Junta para que este pudesse responder às questões, se assim o entendesse.

Começou por dizer que tentaria ser sucinto, por haver vários assuntos, dando prioridade à questão de Américo Dias, sobre o parque de campismo, que passou a explicar que, o processo do parque de campismo é um processo executivo, ou seja, a Junta de Freguesia, não renovou o contrato, tomou posse do parque, houve uma providência cautelar que a Junta ganhou e portanto, o parque foi entregue à Junta de Freguesia e ficou a gerir o parque, durante três meses.

Entretanto houve um recurso do “CCC os nortenhos” e o tribunal entendeu que, por força da existência de benfeitorias, a Junta não poderia (referindo que ia ser sucinto, não estando ali até com questões jurídicas, tentando contar a história o mais sucinto possível, para que se perceba o mecanismo e a sequência da história), tendo sido decisão do tribunal, a estar como fiel depositária, visto que o tribunal entendeu que iria nomear um administrador judicial, à ordem do tribunal, nomeavam o administrador judicial até ao fim do processo. O que esse administrador propôs/exigiu (tendo sido as condições que ele apresentou) foi que, prestaria contas no final do processo.

Naturalmente, o atual executivo não concordou, tendo já tentado alterar a situação, mas nunca foi ouvida ou atendida pelo tribunal.



Portanto, este administrador Judicial está à ordem do tribunal até dar fim ao processo.

Não é paga renda nenhuma, sendo a Junta naturalmente, proprietária dos terrenos.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, acrescentou ainda que, houve um processo que decorreu no tribunal de Aveiro, em que o próprio clube desistiu do mesmo, com outras variantes, onde curiosamente, o tribunal de trabalho entende que houve transmissão de negócio, ou seja, a Junta de Freguesia, gere o parque e a administração estará a representar a Junta, sendo uma “salgalhada Jurídica”, que nem o próprio executivo conseguiu entender.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, denotou ainda que se recorreu para a Relação, onde dois juízes entenderam que havia transmissão e um entendia aquilo que a Junta entendia também, sendo, que apenas era fiel depositária e por isso, por esse facto, a condenação do pagamento aos valores, nomeadamente um período de vencimento a alguns trabalhadores, sendo que, os próprios contratos, não ficaram em vigor, (nem eles, enquanto membros do executivo do PSD, conseguiam perceber a decisão) e, infelizmente, quem mais prejudicado ficou, foram os trabalhadores.

Anotando que, quando eles foram impedidos de exercer funções, era este administrador judicial que estava na questão do parque campismo.

De momento, adiantou, que há, de facto, uma decisão em relação às benfeitorias que condena a Junta de Freguesia, com o pagamento de trezentos e setenta mil euros (mais qualquer coisa) e saiu também já a decisão, relativamente às rendas em atraso, que condena o clube, ao pagamento num processo de cento e oitenta e um mil euros, mais noventa mil euros que já estão em execução. Sendo que, duzentos e setenta mil euros (falando numa diferença de cem mil euros), para a resolução deste processo.

Confessa que a Junta de Freguesia, recorreu mais uma vez (porque já tinha feito, numa primeira decisão) e aguardam recurso, sendo que sinceramente, o Sr. Presidente da Junta explica que não lhe (Américo Dias) saberia dizer, de momento, se o clube também recorreu da decisão em que foi condenado ao pagamento.

Após isto, o Sr. Presidente da Junta, na dúvida, se terá sido esclarecedor ou não, questionou a Américo Dias, se teria mais alguma questão.

Dando continuidade à sua intervenção, dado o momento também, para dizer e, aproveitando a presença do Dr. Vítor Amaral na sala, em primeiro lugar, agradecer, justificando que de facto foi o único vereador neste percurso do processo do parque de campismo que se preocupou realmente, com o assunto.

Fazendo referência à questão que o próprio Dr. Vítor Amaral colocou relativamente ao executivo camarário, sobre esta questão que estaria de facto a provocar bastante prejuízo à



freguesia de Cortegaça e naturalmente, até limitando a ação deste executivo. Por isso, o Sr. Presidente de Junta frisou, que queria também, ali publicamente, deixar-lhe (ao Dr. Vítor Amaral) aquela nota, agradecendo por esse facto e também, aproveitar o momento, para dizer que acreditava que numa primeira fase (lembrando a proposta, que teria dado o Dr. Vítor Amaral, que seria sempre melhor um acordo, até em questão), acreditava que tinha sido mal elucidado, em relação a isso e que ele (o Sr. Presidente de Junta) foi o próprio a criticar, por essa proposta que fez, mas dizendo que, acreditava que tinha sido mal elucidado em relação a isso.

Explicou que percebeu agora o que quis à luz daquela distância, dizer nessa altura, embora nunca houvesse essa possibilidade de acordo, devido à outra parte, pois nunca houvera abertura para isso (retocando que de momento, não havia também).

Portanto, de momento, até que as coisas estivessem praticamente definidas, nunca se tinha afluído essa hipótese.

No entanto, voltou a indicar que queria deixar ali publicamente, aquele agradecimento da Junta de Freguesia, por essa intenção (do Dr. Vítor Amaral) e naturalmente pela preocupação que o mesmo demonstrou.

Relativamente ao parque de campismo, voltou a questionar Américo Dias, se ainda teria ficado alguma questão, afirmando que é um processo complicado e que mesmo ele próprio, não sendo de direito nem da área jurídica, no seu parecer é uma pessoa razoável e de bom senso e que este processo, de razoável e de bom senso não tinha nada, nem nas decisões judiciais, nem nos recursos, nem nas atitudes da parte contrária.

Passando para a questão do cemitério velho, começou por explicar que é um cemitério de pertença da Junta de Freguesia, o que, de alguma forma, impedia que fosse a Câmara Municipal a intervir no cemitério, portanto, teria que ser pelos próprios recursos da Junta de Freguesia.

Anotou ainda que, naturalmente, dava para se perceber das dificuldades da tesouraria da Junta, não sendo segredo e tendo sido já assegurado isso em dezembro do ano passado e, portanto, tornava-se difícil a resolução.

Decidiu, de seguida, esclarecer alguns pontos que não teriam ficado completamente elucidados, em relação ao que tinha sido questionado.

Começou relembrando que quando se apresentou o projeto da Alameda, foi apresentado o projeto do cemitério, consistindo uma primeira fase, na requalificação dos muros. Foi feita uma memória descritiva e um caderno de encargos, no valor, aproximado, de vinte e um mil euros, para que a Junta pudesse avançar, tendo em conta que a Câmara Municipal ia fazer um apoio ao investimento, nas Juntas de Freguesia.



Entretanto, assegurou que, naturalmente, procuravam (enquanto executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça), fazer sempre o melhor para a freguesia e procuravam sempre também, minimizar os custos do que vão fazendo e uma vez que, o cemitério é do interesse público, solicitaram ao departamento jurídico da Câmara Municipal, caso houvesse alguma forma, de através de uma entidade agrupada, a Junta e a Câmara Municipal poderiam realizar a obra, naturalmente, procurando que o maior esforço financeiro fosse da Câmara Municipal.

Num primeiro parecer, o Sr. Presidente da Junta, refere que a Câmara Municipal disse que sim, que seria possível e portanto, tiveram (executivo da Junta de Freguesia e Câmara Municipal) conversações, precisamente para se poder avançar com a obra, em conjunto com a Câmara, sendo que a Câmara, tratará de todo o processo de concurso e do que fosse necessário.

Apontou que foi, de facto, necessário realizar o caderno de encargos, que seria agora para a globalidade do projeto e a nova memória descritiva. Aproveitou a acrescentar, que estaria a ser feita, ao que Américo Dias interrompe, no seu lugar, levando o Sr. Presidente de Junta a garantir que já saberia disso (do próprio discurso que fez anteriormente) e que também gostaria de ter tudo pronto, mas que se assim fosse, não estaria ali a fazer nada.

Américo Dias interveio, voltando ao mesmo, para relembrar o Presidente da Junta, do discurso que teve, ao que, o Sr. Presidente de Junta, responde que a primavera ainda não acabara e que não fazia promessas, mas sim compromissos e que os compromissos estão no terreno e, portanto, aquele (do cemitério velho), também estará.

Confessou que, naturalmente, também gostava que já estivesse pronto, até gostava de já ter tudo feito, tudo aquilo que o executivo tem em mente para fazer. No entanto, lembra que a questão temporal é sempre discutível.

Dando continuidade, aponta que, Miguel Coelho e Américo Dias focaram os dois a questão da venda do terreno e, assegura que iria responder aos dois, mas que deixaria essa questão para o final, dando prioridade a uma questão, colocada por Miguel Coelho.

Relativamente à prática alternada, naturalmente, é a Assembleia que se deve pronunciar acerca disso, não a Junta de Freguesia.

Quanto à questão da Rua da Zéfinha, conforme opinião própria, o próprio Miguel Coelho, respondeu a essa mesma questão. Sublinha que, sendo uma obra municipal, portanto, a Junta procura, aliás sempre procurou, que fosse feito o saneamento em várias zonas da freguesia, inclusive, na Rua do Rodelo e uma parte da Rua da Zéfinha, explicando que não foi



possível chegar até esse local porque, entretanto, havia mais uma ponte que atravessava o rio, sendo o projeto mais difícil. Referiu que a conclusão da Rua da Escolinha e da Aldeia, ele próprio, falou com o Senhor Eng.º Carlos Violas e foi nesse momento, que se solicitou, junto, do Sr. Presidente da Câmara, que fosse feita a Rua da Zéfinha.

Também será importante que as pessoas percebam, tendo em conta, que havia ali uma forte taxa de ligação de saneamento executado, trabalho esse que a Junta de Freguesia procura desenvolver junto dos serviços à disposição, que usem e que liguem, porque depois, naturalmente, quem investe, procurará o retorno do investimento. E tendo havido, uma forte taxa de ligação, nesta obra que falou, houve também ali, grande disposição da ADRA, para avançar com a questão da Rua da Zéfinha, que será feita, naturalmente, a seguir.

Admite não ter sido possível a ligação, continuando a lutar, na mesma (enquanto executivo de Junta de Freguesia), já tendo sido falado na última Assembleia, ou na de dezembro, onde estiveram presentes até os moradores da Rua da Zéfinha.

Lembrando que Cortegaça, nos pontos onde não tinha água canalizada ou saneamento, o executivo da Junta de Freguesia lutou para que isso fosse posto ao serviço da população e têm conseguido, sendo provavelmente, das freguesias do concelho, com maior taxa, quer de água canalizada, da rede pública ou de saneamento executado. Embora existam pequenas ruas que não têm, por exemplo a Rua do Açude (que é um processo extremamente difícil), a Rua da Boavista, porque foi uma obra concluída em dois mil e dez, ou, dois mil e doze e não foi feito saneamento nessa altura e, naturalmente, que os moradores já reclamaram com todo o direito e razão, mas também, não teria sido possível ter concluído uma obra em dois mil e dez e, em dois mil e treze, reclamarem, pedindo a destruição da obra e a colocação do saneamento.

Portanto, explica que estas coisas têm o seu “timing” e que, enquanto executivo da Junta, procurarão que todos tenham acesso ao saneamento, não sendo naturalmente, a Junta quem decide, podendo de qualquer das formas pressionar nesse sentido.

Relativamente à questão da paragem junto à Igreja, confirmando com Miguel Coelho, se será então uma questão de visibilidade (visto que se poderá verificar várias vezes carros estacionados em frente) e sendo confirmada, o Sr. Presidente da Junta fica com a anotação para a colocação de sinalizadores.

Passando à questão tão discutível, o Sr. Presidente de Junta releva as acusações de Américo Dias direcionadas a si, Presidente da Junta de Freguesia, sendo que estas foram



fundamentadas em suposições e opiniões, portanto, não valerá a pena opinar, sendo que têm a importância que têm.

No entanto, procura referir-se a uma série de acusações que não estavam certas, entre elas, o Presidente da Junta de Freguesia, Sérgio Vicente, corrige dizendo que a Junta não apresentou proposta mas sim condições.

Começou por esclarecer aos membros do PS, que a Assembleia extraordinária foi requerida pela Junta de Freguesia e não pela bancada do Partido Socialista.

Quanto à avaliação do terreno aclara que se trata de uma avaliação feita por um perito especialista na matéria, sendo até feita em função do objeto do negócio. Sendo que se fosse uma avaliação para colocar outro tipo de negócio, valeria muito menos, exemplifica.

Recordou que o assunto já foi levado a tratamento, anteriormente, em assembleia de freguesia, mas, uma vez que, os membros da bancada do PS queriam de novo falar do mesmo, não teria problema nenhum com isso.

Salientou, desde logo, que a Junta de Freguesia não tem nenhuma obrigação para com a entidade que fez a proposta.

Há também um assunto que estavam a confundir. Como os próprios membros do PS, ali o disseram, é que a Junta, de facto, esteve a negociar com quem apareceu, visto que, aquilo tinha sido falado a vinte e seis de dezembro e, de vinte e seis de dezembro a vinte e seis de fevereiro, foram dois meses que teriam passado, sendo natural a existência de negociações, tendo sido isso mesmo informado em assembleia de freguesia.

Portanto, continuou que era desnecessário insinuarem que a Junta de Freguesia andava a esconder fosse o que fosse, lamentando isso mesmo e pedindo para que fossem sérios e corretos nessa matéria, acertando que, nada do que tentaram passar ali, por parte do Partido Socialista, correspondia à realidade, muito menos à verdade, pedindo, assim, que se falassem as coisas como elas, realmente, são.

Relacionando as opiniões/intervenções dadas, com notícias mal escritas em jornais ou boletins de opinião, aconselhou que se procure os sítios certos.

Deu referência ao facto do investidor ter pedido um PIP (pedido de informação prévia) à Câmara Municipal de Ovar, onde já lhe foi garantida a possibilidade de contruir naquele terreno, tendo esta sido uma iniciativa do investidor e que qualquer um o pode fazer, sendo



desnecessário dizer agora, que isto demorará cinco anos a preparar seja o que for, não sabendo dessa forma, do que estão a falar. Deu como sugestão para que se direcionem à junta, porque lá estaria o executivo para esclarecer.

Dirigindo-se a Américo Dias e a Miguel Coelho, lamentando, aproveita o momento para relembrá-los que são membros da Assembleia de Freguesia e sendo que a Junta não faz as coisas levianamente, o Sr. Presidente de Junta, lança o desafio a provar a ilegalidade do que “fizeram” (enquanto executivo da Junta de Freguesia).

Partindo para a segunda questão, afirma com toda a certeza, que não há nada na lei que diga que tem de ser feito uma hasta pública, referindo, no entanto, que estarão abertos a essa hipótese e não têm problema algum com isso. No entanto, também dá indicação de que a mesma, também poderia ter sido proposta pela Assembleia de Freguesia, sendo que a ausência dessa proposta talvez se devesse a desconhecimento da lei.

Pediu, então, que fizessem o favor de ler o que faz parte das respetivas competências deles, sendo que depois fossem para a Assembleia exigir e, no final, o executivo da Junta de Freguesia lá estaria para fazer o melhor para Cortegaça.

Continuou pedindo que não se esquecessem de depois vir criar suposições, de que o Presidente da Junta faz porque entende ou porque lhe dá jeito.

O Presidente da Junta de Freguesia prosseguiu concluindo que, desde que foi abordado o assunto da venda do património, pela primeira vez, já se tinham passado quatro meses. Sendo os senhores (membros da bancada do PS), pessoas com boas relações e ligadas à atividade empresarial, o Sr. Presidente da Junta questiona se já tinham proposto o negócio a alguém que pudesse estar interessado. Responderam por parte da bancada do PS, que seria possível, levando o Sr. Presidente de Junta a sugerir que sendo assim, que apresentassem nomes. Pedindo, seguidamente, que não fossem para ali com falsas questões, que até poderiam dizer que não concordavam com aquele negócio e teria de aceitar, sendo que era a opinião deles (membros do PS), assim como, caso se fosse feita uma sondagem com o Partido Social Democrata, também cinquenta por cento concordava e o resto, não. No entanto, volta a frisar que deveriam informar-se do que podem fazer/sugerir, ao invés ir ali apenas criticar.

Relembrou que apenas uma entidade conseguiu alguém interessado, para algo que entendem que é boa para a freguesia (independentemente de se discutir o valor), e que foi a Junta de Freguesia, fundamentando, assim, o Sr. Presidente, a sua opinião, que se tem de



procurar fazer todos o melhor que podemos, para a freguesia. Sendo isso que a Junta tenta fazer, o melhor que sabe, embora, podendo não chegar ou até pode ser bom, mas isso não serão eles que julgam, nem a própria Assembleia, nem a própria Junta, é sim o povo que julga, quando chega a altura de votarem.

Respondendo ao julgamento feito de que a Junta teria tratado com leviandade o assunto, dá como asserto que, a Junta tinha competência para realizar a venda, dizendo mais, notando que mesmo que fosse chumbado na Assembleia de Freguesia, a Junta podia fazer a venda na mesma. Assegurando que, não é, no entanto, a postura da Junta de Freguesia, nem isso que querem, mas sim, que a Assembleia discuta com eles (executivo da Junta de Freguesia) os assuntos, de forma livre.

Questionou, se queriam que fosse feita uma hasta pública. Tornando resposta, que se escusavam do “relambório”, sendo que não lhes (membros do PS) ficava bem. Sugeriu que propusessem que fosse feita uma hasta pública ao terreno, visto que não concordavam com a forma como decorreu a última Assembleia, afirmando que aceitaria a proposta. Ao que o Sr. Tesoureiro do executivo, Paulo Pinheiro, acrescenta, que seria mais interessante.

Continuando, o Sr. Presidente de Junta afirma que não teria sido necessário todo aquele “relambório” de suposições e acusações, sendo que elas não estariam corretas.

Entretanto, no decorrer da intervenção do presidente da Junta de Freguesia, Miguel Coelho interrompe, alegando que fala como quiser e que fez a proposta. Ao que lhe é respondido que, também fala como quiser (enquanto Presidente de Junta), pedindo a Miguel Coelho para fazer o favor de o ouvir, porque, quando foi o contrário, também o ouviu até ao fim.

Américo Dias interveio, perguntando ao Sr. Presidente de Junta, se já não tinha feito essa questão, ao que lhe é respondido, pelo presidente da junta, que não. Américo Dias, insiste, dizendo que fez a proposta, afirmando que a responsabilidade era da Junta de Freguesia.

Prosseguindo, para responder à “velha questão” (referindo ainda, o Sr. Presidente de Junta que percebe que o Partido Socialista queira passar uma imagem) de gestão financeira e dificuldades financeiras, repetindo com todas as palavras, que herdaram (Junta de Freguesia) uma situação financeira complicada e difícil. O próprio Sr. Presidente da Junta lembra que já o disse na última vez, dizendo o porquê, ao que acrescenta, que o senhor Miguel Coelho é que



não o ouve e depois se vem repetir. Completando ainda, que talvez dê jeito também repetir-se, a ver se a mentira passava a ser verdade, só porque era dita muitas vezes.

Quanto à questão, relativamente à razão pela qual a Junta herdou a atual situação financeira complicada, explicou que haveriam algumas razões, como por exemplo, desde há cinco anos não haver rendas do parque de campismo e continuar a não ter essas rendas, ou seja, cinquenta mil euros por ano, somando-se os custos elevadíssimos do processo judicial. Ou seja, além de não entrar receita ainda existem mais despesas.

Estando explicado, ainda retocou em não atribuir culpas nem ao passado, nem há vinte anos, em que o Partido Socialista era administrador desta casa, nem às sucessivas dívidas que foram deixadas por todos. Acrescentando que, nunca falou disso, mas sim, que a Junta de Freguesia herdou uma situação financeira complicada, por força, naturalmente, de não ter receita, na qual deveria estar ao serviço da junta e por força do agravamento dos custos do processo. Questionando por fim, o que será difícil perceber-se do assunto, acrescentando, como a opinião pessoal, que não lhe parece haver ali nada de complicado de perceber.

Dando continuidade à intervenção, perguntou a Miguel Coelho se achava que a junta de Freguesia não queria vender pelo melhor preço possível, pedindo, que lhes apresentassem os interessados, aproveitando para exemplificar com o problema no campismo, não deixa de procurar investidores para o processo, em vez de só criticar, preocupa-se é com a freguesia e se as coisas realmente acontecem.

Referindo-se depois à intervenção de Jorge Miguel Silva sobre as atividades da Junta de Freguesia, nomeadamente ao concerto de vinte e cinco de abril, dando referência de ser a primeira vez este ano que sucedeu e que quem foi assistir, a seu ver, saíram de lá satisfeitos, acrescentando que, a liberdade não é de esquerda nem de direita, é de todos, é do povo e por isso, fizeram um concerto para o povo.

Esclareceu, ainda, que não houve convites oficiais nem discursos oficiais, sendo um momento de liberdade, da assunção plena da liberdade de cada um, que julga ter sido um momento engraçado, onde todos cantaram e que será para repetir se assim for possível.

Quanto à questão dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz, recorda que todos os anos tem acontecido isso, os Bombeiros fazem o seu percurso apeado, entre as freguesias de Maceda e Cortegaça, embora de início, como a Junta esteve em construção, não havia o hasteamento de Bandeiras, porque estava sediada junta ao café *Palhitas*. No entanto, a partir de então, depois



de se ter mudado para o novo local no ano passado, já se pode receber os Bombeiros. No ano passado, 2018, a Junta ofereceu um quadro pintado a crava, com os símbolos dos Bombeiros (machado, capacete) e este ano entenderam marcar com uma atividade cultural, curta, porque o tempo que eles têm para fazer o percurso não permite que estejam muito tempo à espera, mas que foi um momento muito sentido, tendo sido esse o feedback que tiveram, da corporação dos Bombeiros, que estavam emotivos e agradeceram à Junta de Freguesia. Naturalmente, é uma homenagem simbólica, não oficial, que foi prestada e, na ideia do próprio (Sérgio Vicente, Presidente da Junta) todos, sem exceção, reconhecem dos Bombeiros essa valentia, coragem e dedicação, em prol de uma comunidade, sendo eles, portanto, merecedores de todos os elogios.

Dirigiu-se, então, à Sra. Presidente de Assembleia, para anunciar o fim da sua intervenção de resposta às questões.

Miguel Coelho interveio, referindo que pretende responder às acusações feitas e acrescentar algumas coisas que foi anotando.

Após cumprimentar todos, novamente, começou por focar que, no que toca a publicitar um negócio, quando se referiu ao facto do Sr. Presidente da Junta ter aberto ali um envelope, que pelo que sabia não era um procedimento correto e, ter afirmado que não havia mais nenhuma proposta, clarificou que não podia haver, porque o negócio não tinha sido publicitado, sendo que, todos sabiam e o Sr. Presidente da Junta também, que houve grandes empresários da freguesia, que só tomaram conhecimento do negócio, depois da última Assembleia, e que não tinham conhecimento antes. Queixaram-se e perguntaram o porquê de não ter sido publicado.

Estendeu-se dizendo que não podia obviamente, falar por outras pessoas/certos nomes que estarão ou não interessados, porque depois dependerá de outros fatores, mas que sabia também que o próprio Sr. Presidente da Junta sabia que poderia haver potenciais interessados. Alegando que sabia que ambos queriam o melhor negócio para a Junta de Freguesia, assegurou, que para isso era preciso que a intenção de venda deste terreno fosse publicitada, com as condições de construção, tudo, para depois aparecerem pessoas interessadas e dispostas a dar um valor mais apropriado do que este valor, sendo que, para isso o processo já tinha de ter sido conduzido assim desde o início e não foi. Referiu ainda que as pessoas não sabiam e que quando falam que devíamos (membros do PS) saber do negócio, não tínhamos nada que saber do negócio, dado que só na última reunião de Assembleia é que nos foram apresentadas as condições do negócio. Questionou Miguel Coelho, como é que iam eles saber, sancionando que



o negócio foi feito pela Junta de Freguesia e negociado pelo executivo com os tais compradores, na qual eles não sabiam nem tinham de saber.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, retificou, dizendo que também não tinha sido isso que disse. Miguel Coelho contrariou, afirmando que tinha sido isso que falou, tendo sido a resposta negada de imediato, pelo Sr. Presidente.

Miguel Coelho prosseguiu a intervenção, repetindo que não tinham (membros do PS) que saber. Passando de assunto, explicou que quando se referia que o assunto não pode ser tratado com aquela leviandade, não estava necessariamente a fazer uma acusação ao executivo, sendo que, nesse ponto se estava a referir a eles chegarem à Assembleia e lhes apresentarem um projeto de um arquiteto. A única coisa que tinham era uma avaliação e não sabiam mais nada sobre o negócio, não sabiam que valor é que estava a ser negociado e nunca imaginaram que tivessem (executivo da Junta de Freguesia) a querer vende-lo por tal preço, por isso, como já disse na altura e repetiu, aquilo era completamente ridículo e era estar a vender ao desbarato o património da freguesia, declarou. Assim como não sabiam as condições que a Junta negociou. Quando dizia que aquilo não era tratado com leviandade não podiam ficar à espera que tomassem uma decisão, que analisassem uma questão tão importante, em cinco minutos, ali no momento, quando levaram com a “coisa de chofre”. Indicou ainda, que era preciso ter informações antes, analisar tudo, não podendo eles (membros do PS) tomar uma decisão, seguindo-se com o exemplo, que nenhum deles iria vender uma casa/terreno, só porque alguém lhes aparecia à beira dizendo que queriam comprar e responderiam logo que vendiam.

Declarou não ser assim que funcionava. Ninguém faz isso e o património da freguesia é a mesma coisa, lembrando que já demonstrou na altura e continuava a dizer, que achava que não sendo o grupo do Partido Socialista contra a construção do hotel, o que não são, pois pode representar uma mais-valia para Cortegaça, embora no início tenha dito que tinha algumas dúvidas sobre a viabilidade do negócio, visto tratar-se de um hotel de doze quartos, e que tal não deixa de ser uma questão que o executivo teria que ponderar, não sendo ali só o dinheiro que interessava.

Acrescentou ainda, que mesmo esquecendo isso, a questão que se tratava ali, é que eles (membros do PS) consideram que não é um bom negócio porque a Junta de Freguesia poderia fazer um negócio muito melhor, pedindo assim ao Sr. Presidente para não lhe pedir para trazer ali nomes de potenciais compradores, porque o mesmo saberia que o não o podia fazer. Miguel



Coelho afirmou ainda, que alguns deles que falaram com ele, também tinham falado com o Sr. Presidente.

Cecília Reis, membro da Assembleia de Freguesia, perguntou a Miguel Coelho porque não se tinham, então, apresentado naquele dia, ao que Miguel Coelho declara que é um facto, mas que aquilo tinha de ser um negócio bem feito.

A Sra. Presidente de Assembleia pediu, no momento, que não existissem diálogos.

Miguel Coelho continuou dizendo que, para isso era preciso que o negócio fosse publicitado, para que aparecessem compradores dispostos a pagar pelo terreno o valor da avaliação.

O Sr. Presidente de Junta interveio, dizendo que seria muito bom, ao que Miguel Coelho retorna, respondendo que não era um bom negócio, sendo sim, um negócio justo.

Finda a intervenção de Miguel Coelho, a Sra. Presidente de Assembleia passa a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta de Freguesia, começou por comentar, que no seu parecer, era maçador para o público andar sempre à volta dos mesmos assuntos, acrescentando que Miguel Coelho repetiu aquilo que disse, tendo como primeira nota que o preço seria ridículo, mas acabou por dizer que se fosse a única proposta ao longo deste processo todo já deixaria de o ser.

Quanto à questão dos interessados, para que também não fique nenhuma falácia porque isso é que é leviandade, dizer que há gente interessada e ninguém chegar com proposta nenhuma nem a perguntar condições, notou que ainda não se tinha vendido nenhum património.

Posteriormente, Miguel Coelho pergunta se se referia à venda do terreno, ao qual Sérgio Vicente, Presidente da Junta, confirma e associa à possibilidade da venda, na Ordem de Trabalhos da reunião de Assembleia de vinte e seis de dezembro.

Miguel Coelho retificou dizendo que falou em publicitar publicamente e não, em nenhuma Assembleia, ao que leva o Sr. Presidente de Junta a fazer pausa à sua intervenção, para informar Miguel Coelho que quando o mesmo falou, também não esteve ali a responder-lhe, lembrando que aquilo não era propriamente um café em que se falava um de cada lado.



Miguel Coelho tenta interromper, querendo voltar a responder. A Sra. Presidente de Assembleia pediu ordem e Miguel Coelho dirigiu-se à mesma reivindicando que ela não interrompeu o Sr. Presidente da Junta quando ele estava na sua primeira intervenção a falar e ele o interrompeu.

Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia retocou, explicando que tinha sido colocada uma questão, assim como antes e, daquela vez não, ao que Miguel Coelho não concorda, repetindo que estava na sua intervenção e foi interrompido e pediu que agisse da mesma forma para os dois lados.

Luciana Sousa, Presidente de Assembleia, passou de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, dirigiu-se a Miguel Coelho pedindo-lhe, também, que agisse da mesma forma quando ele estivesse a falar e que ele próprio não falasse também.

Dando seguimento à sua intervenção, referiu que, pensava que tinha ficado esclarecido para toda a gente, mas, dirigindo-se a Miguel Coelho, disse-lhe que não podia era obrigá-los a pensar da mesma forma que ele pensa, dado que, cada um pensa da sua maneira. No entanto, convidou o mesmo (Miguel Coelho) a ir lá e fazer uma proposta, especificando “a Junta que faça isto”, ponto por ponto, lembrando ainda que já lhe tinha dito, que estavam ali para fazer o melhor que fosse possível e, que poderiam ter vendido o terreno sem ir a Assembleia, portanto ele (Miguel Coelho) não tinha de andar a dizer que eles, executivo da Junta da Freguesia não estavam dispostos a fazer fosse o que fosse. Acrescentou ainda, o Sr. Presidente de Junta, que também sabiam que ao fim de quatro meses, da última vez que se falou na venda do património, não tinha aparecido ali ninguém, a não ser uma pessoa a apresentar uma proposta, lembrando também as casas da Junta, que no dia vinte e seis de dezembro, foram uma possibilidade de venda e no entanto, não apareceu ninguém para comprar.

Acrescentou que fazer política com estas coisas não é o seu feitio e que, sinceramente, desgosta-lhe, que seja o dos membros do PS.

Estando o assunto debatido e tendo encerrado o seu esclarecimento, Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia, por uma questão de igualdade, deu a palavra a Américo Dias.

Américo Dias dirigiu-se ao Sr. Presidente, questionando qual seria o atual ponto de situação do negócio. Se o mesmo já estava consumado, se era irreversível ou se não era definitivo.



A Sra. Presidente de Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta, ao qual, o próprio admite que essa seria uma resposta fácil e que finalmente surgira uma pergunta inteligente. Respondeu, então, que não era irreversível nem estava consumado. Denotou que se pudessem ler a ata que acabaram de aprovar, verificavam que tinham autorizado a Junta de Freguesia a fazer o negócio, de acordo com o ponto da Ordem de Trabalhos, para a venda do terreno.

Américo Dias refere do lugar, que se absteve, na votação.

O Sr. Presidente da Junta corrigiu, que apenas falaram do que foi aprovado, passando a explicar que não era irreversível, sendo que ainda não estaria feito negócio. Reparou a posição deles (membros do PS) que em vez de levantarem suposições e críticas, podiam apresentar uma proposta concreta, tornando-se assim mais simples, tendo em conta que será para isso que lá estão.

Aproveitou a lançar o desafio ao membro Miguel Coelho, do Partido Socialista, para desafiar para o negócio, os interessados que *“ele sabe quem são e que sabe também que o próprio (Sr. Presidente) também sabe”*, visto que, tomaram conhecimento de alguma maneira, não tendo sido através de jornais ou algum ato público e sim, através da sua pessoa.

Apelou ainda, para que Miguel Coelho, apenas não dissesse que foi no dia anterior que falou com eles (os interessados), porque o próprio (Sr. Presidente) já sabia que foi há mais tempo, sendo que Miguel Coelho já sabia, que o Sr. Presidente também sabia.

A Sra. Presidente de Assembleia deu como encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando para o próximo ponto das Atividades da Junta de Freguesia, convidando o Sr. Presidente a apresentar aquele ponto da Ordem de Trabalhos.

- **Ponto Três:** Atividades da Junta de Freguesia:

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, começou por nomear, dentro das atividades, a reunião com a associação de pais para se tratar de assuntos relacionados com o desfile de carnaval, a festa final de curso, o dia mundial da criança e a requalificação do edifício da escola do Gavinho. Salientou, ainda, que no dia anterior tiveram uma boa notícia, tendo sido aprovado também o financiamento para a intervenção no referido edifício e, portanto, dariam início, tendo já marcada reunião para dia sete de maio, uma reunião para analisarem esse assunto e ver quais



eram as necessidades. Deu também conhecimento, que no dia anterior, criticou o executivo municipal, alertando-o para o facto de que a escola do Gavinho, se encontrava num processo autodestrutivo, em vias de desaparecimento, porque os pais têm optado por outras escolas para os filhos frequentarem, devido às más condições que apresentava a escola do Gavinho. Acrescentou que aquilo que interessava era o que não estava feito e seria preciso fazer e, enquanto representante dos Cortegacenses, fez ver ao executivo municipal essa questão, parecendo que iria haver resultados.

Também mencionou outra questão importante, a questão das obras no Bairro do SAAL, especificando que não poderia dizer que se iniciariam em Julho, porque depois o Partido Socialista iria dizer que não foi em Julho e que tinha sido em Novembro, mas que esperava ser para breve, pelo menos já estavam a ser dados passos nas possibilidades de realojamento das famílias, para ver se a obra decorre, na maior brevidade possível. Trata-se, explicou, de um processo com uma logística complicada, pedindo a todos membros da presente Assembleia, que se tiverem oportunidade de conversar com os moradores do Bairro do SAAL, que os sensibilizem, para a necessidade de colaboração, porque seria necessário que eles colaborassem para se poder levar a questão a bom Porto. Terá sido um processo legal /jurídico complicado, mas conseguiram ultrapassar essa questão, portanto agora estariam na fase operacional, mais fácil neste caso para quem está de fora, embora para quem lá mora não seja mais fácil, mas a seu ver, esse futuro sacrifício durante o período de construção, valeria a pena, porque terão depois as suas casas reabilitadas, ficando também Cortegaça a ganhar. O que interessava era a execução da construção, que as pessoas tivessem condições de vida dignas e que todos pudessem no final estar lá, para a inauguração e se dizer que foi graças ao bom senso e ao contributo de todos. Solicitou novamente a todos, para que procurassem sensibilizar as pessoas do Bairro do SAAL para a necessidade de cooperação. Reafirmou não se tratar de um processo fácil, tirar pessoas de setenta, oitenta anos de casa, para ir morar para um contentor, ou para a casa de algum/a filho/a, ou até para uma residencial (hotel não, porque ainda não há).

Realçou, também, as festas em Honra de São José. Uma festa com iniciativa popular e com um grande contributo da Junta de Freguesia, na qual, representa a parte nascente da freguesia, tendo em conta também a Capela de São José, que se trata, de facto, de um dia marcante para todos, por todos serem filhos de um pai.

Encerrada a intervenção, a Sra. Presidente de Assembleia convidou os membros da Assembleia para se inscreverem, caso pretendessem intervir. Inscreveu-se Miguel Coelho.



Miguel Coelho, primeiramente, abordou o tema do Bairro do SAAL, anunciando estar completamente ao dispor para ajudar no que fosse preciso, tratando-se de um processo que já acompanhava, numa estreita colaboração com os moradores, em algumas ações que participou para verem o problema resolvido, portanto, aquilo que fosse possível, faria para ajudar.

Quanto às atividades da Junta de freguesia, apontou ter um ponto a referir, o da preparação da época balnear. Passou a referir que o Partido Socialista sugeria: *“a construção de equipamentos de apoios, tais como chuveiros, no acesso principal à praia do lado sul. Também sugerimos a construção de uma cerca à volta do parque infantil quer para impedir que os cães entrem e sujem a zona, quer para proteção das próprias crianças”*.

Pondo fim à sua intervenção e não havendo mais ninguém a intervir, a Sra. Presidente de Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta.

O Sr. Presidente garantiu que essa seria a postura correta e a que gostavam de ver, atento o facto de estarem lá para cooperar.

Relativamente à época balnear, a questão do chuveiro, tal como o passadiço do acesso à praia, são questões que têm procurado minimizar e melhorar, pensando que também tem de ser reconhecido o que o presente executivo tem feito, em parceria com a Câmara Municipal, relativamente aos melhoramentos substanciais no acesso à praia. Afirmou que foi pensada a questão dos chuveiros, havendo, no entanto, algumas questões operacionais difíceis, visto que, para se poder colocar um chuveiro é necessário haver a água e um contador, o que exige, depois, um controlo para evitar vandalismo, tendo em conta que a contagem é feita a metros cúbicos. No que respeita ao vandalismo seria o suficiente para se ter ali custos elevados. Só a título informativo, acrescentou que o *Miradouro Bar* tem faturas de cerca de mil e quinhentos euros por mês, de água, por causa dos chuveiros e do lava-pés. Informou que sabem da existência de um furo artesiano de água no parque de campismo, cuja questão, seria a esperança deles para resolverem o processo, para colocarem na entrada, uma área de chuveiros e casas de banho, servindo assim a praia também, não sobrecarregando tanto o *Miradouro Bar*.

Quanto à questão da cerca do parque infantil refere parecer-lhe pertinente, na qual procurarão averiguar também a questão da legalidade e da possibilidade de o fazer, sendo que a Junta para o presente ano, estará a pensar criar um espaço infantil além do parque, também delimitado, embora não com uma cerca, mas sim balizado, para toda a gente perceber de facto, que se tratará de um espaço apenas para as crianças.



Relativamente à questão dos cães, não é de facto, permitida a entrada dos mesmos na praia, em época balnear, mas há sempre momentos que eles poderão entrar sem vigilância e controle, embora não seja esse o costume.

No que respeita à perigosidade, trata-se de uma questão difícil, embora haja um esforço por parte da Câmara Municipal na reposição de areias, para que se possa aceder á praia, mesmo que o mar às vezes suba, como acontece em Cortegaça. Aproveitou a informar também, que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, iniciaram um processo de qualificação da praia do parque de campismo, na qual, tinha sido notícia no jornal *Notícias* há três dias, sendo que foi uma das poucas praias no norte do país qualificada como praia balnear, mas que para isso, será necessário três anos de análises de água e verificação de outras conformidades, para que possa ser atribuída essa classificação. Aproveitou a acrescentar que daí em diante traria outros benefícios no que respeita à vigilância, nomeadamente um posto de socorros, sendo esse o posto dos nadadores salvadores e que será completo para haver mais segurança. Assegurou, no entanto, que ficariam na mesma as sugestões trazidas pelo Partido Socialista e que dentro das condicionantes, a Junta iria procurar focar-se.

Em relação aos chuveiros, voltando atrás, explicou que a Junta tem um chuveiro guardado no armazém, porque o bar/concessionário costuma ter chuveiros da marca que lhe vende as bebidas. Embora havendo outras questões, como a entrada e saída dos tratores da pesca, entre outras, essa teria sido uma ideia que já tinha sido afluída e agradecem também que tenha sido trazida, para que possam repensar nela.

Anunciou à Sra. Presidente de Assembleia o término da sua intervenção, tendo sido dada a continuidade à Ordem de Trabalhos relativamente à discussão e apreciação da prestação de contas do ano económico de dois mil e dezoito.

- **Ponto Quatro:** Discussão e apreciação da prestação de contas do ano de 2018;

Luciana de Sousa, Presidente da Assembleia, convidou o Sr. Presidente da Junta a apresentar o respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

O Sr. Presidente da Junta começou por dar referência que se tratava de um documento exaustivo e claro, sendo, no entanto, necessário dar uma explicação, começando por anunciar que o ano de dois mil e dezoito foi atípico para a Junta de Freguesia de Cortegaça, que embora se tenha badalado que a Junta apresenta dificuldades financeiras, afirmava novamente, que a



Junta não tem dificuldades financeiras, tem sim, dificuldades de tesouraria, estando mais que específico no respetivo processo.

Acrescentou que seria necessário realçar, relativamente à questão do parque de campismo, que tem sido algo que condicionou de alguma forma os resultados de dois mil e dezoito com o crescimento da dívida da Junta de Freguesia, que sensivelmente em outubro, a Junta foi condenada ao pagamento de verbas indemnizatórias a trabalhadores do parque de campismo. Procurou-se que essas verbas fossem pagas pela administração do parque, pelas receitas que a mesma tem, que demorou cerca de um ano e meio ou um ano e três meses, a que o tribunal onde decorre o processo decidisse nesse sentido. Relembrou, que já tinha explicado que a administração dizia não ter dinheiro e, portanto, estaria a fazer pagamentos faseados, de pequeno montante, quando se tinha era de resolver a questão. O que acontece é que, um dos trabalhadores fez uma penhora de um valor superior ao valor que a Junta entendia que ele tinha direito a receber, ou seja, a Junta tinha sido condenada a um determinado valor, salvo erro, a dezasseis mil euros, o que levou a Junta a opor-se à referida penhora pois esse trabalhador foi reclamar todo o tempo que tinha decorrido entre a entrada em tribunal do processo e o momento (setembro ou outubro) e, ao reclamar o processo, tiveram (Junta de Freguesia) que naturalmente, ir para tribunal, não concordando com essa posição. No respetivo período que mediou até que o tribunal dissesse alguma coisa ou até que a posição da própria Junta prevalecesse, houve uma tentativa de penhora dos créditos da Junta de Freguesia junto da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), por esse trabalhador. A Junta pouco pôde fazer em relação a isso, apenas procurarem junto da DGAL e da Câmara Municipal, esclarecer e demonstrar que esses valores não eram penhoráveis, por assim o entenderem também. A DGAL entendeu que eram penhoráveis vinte por cento e, a Câmara depois com os pareceres que foram fornecidos pelos juristas da própria, entendeu que não eram penhoráveis.

Decorreu de outubro de dois mil e dezoito a março de dois mil e dezanove, um período onde a junta esteve sem receitas por causa desse processo, onde também aconteceu o trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, tendo sido esse, o momento que se fechou as contas.

Continuou a explicar, que se não conseguirem ir buscar a receita que estava prevista para dois mil e dezoito, também não conseguem pagar a despesa que estava prevista para dois mil e dezoito, transitando assim, para dois mil e dezanove, quer a receita, que agora já conseguiram desbloquear (embora não na totalidade) quer a despesa. Há de facto um relatório de contas de um aumento da dívida da Junta de Freguesia, quando na realidade, se tivessem ido buscar a



receita que estava protocolada de dois mil e dezoito, haveria uma diminuição da mesma, aliás, sendo o que acontece de momento.

A dívida situa-se nos noventa mil euros, porque, entretanto, conseguiram ir buscar parte desse valor e pagaram a quem deviam. Na verdade, a situação mesmo sendo anormal, é atípica, sendo que está em parte resolvida.

Terminada a intervenção, a Sra. Presidente de Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia que pretendessem intervir. Inscreveu-se Américo Dias.

Dada a palavra a Américo Dias, disse:

“1. Numa primeira apreciação realçamos pela positiva a boa apresentação das contas com um detalhe suficientemente esclarecedor. 2. Apesar de alguns aspetos criticáveis, a execução orçamental em termos globais poderia ser considerada razoável, verifica-se que a execução orçamental da despesa é superior à execução orçamental da receita, o que quer dizer que a receita ficou aquém da despesa. Há verbas que ficaram aquém do espetável que poderiam alterar e minimizar este resultado negativo. Mas mais grave é a análise ao investimento, vemos que este se ficou pelos 34,91% da previsão, com várias obras previstas que não tiveram qualquer despesa, ou seja, em que nada foi investido (sem contar com aquelas que tinham apenas a previsão de um euro, para que depois pudessem ser corrigidas, caso houvesse margem para que lhes fosse afetado o saldo de gerência ou outro). Exemplos disso são: arranjo de arruamentos, que se ficou por 34% da previsão; cemitério, onde nada foi feito; Rua do Apeadeiro, Rua do Rodelo e Rua Senhora do Monte, onde estava previsto gastar cerca de 11.000 euros e nada foi feito; reparação e beneficiação de habitações, onde também nada se gastou, apesar da necessidade. São 17 as ruas que estavam na previsão para o investimento de 2018 e nenhuma delas foi contemplada, ou seja, uma taxa de execução neste capítulo de ZERO por cento. 3. A nossa apreciação ao grau de execução das receitas também é negativa e crítica, tendo em conta as receitas correntes e de capital, fica-se pelos 68,22% dos €420.400,00 previstos. 4. Existe uma previsão de receitas de capital de 50.000 euros, cuja receita efetiva ter-se-á ficado pelos 24.000 euros, ou seja, 48,20%. Se esta verba é o apoio extraordinário da Câmara, achamos estranho que não tenha sido recebida a totalidade. Perguntamos ao Sr. Presidente da Junta, se houve algum motivo em especial para que esta verba não fosse disponibilizada na totalidade? Será, porque o executivo não apresentou um plano atempado para a utilização desta verba? Ou foi por outro motivo? 5. Gostaríamos também de saber porque é que os rendimentos de propriedade ficaram pelos 18,25% da previsão? Ou seja estava prevista uma receita de 106.000 €, que se



ficou pelos 19.350 €. 6. No que respeita a dívidas a terceiros, de registar negativamente uma subida de quase €40.000,00, relativamente ao ano passado ou seja, cerca de 33% mais que no ano anterior. Mas se a analisarmos desde Janeiro de 2017, a dívida a terceiros era no montante de 78.178 €, sendo que em 31 de Dezembro de 2018 se cifra no montante de 162.130,00 €, ou seja mais que duplicou. 7. De salientar o facto de, apesar de se apregoar que as contas respeitam o equilíbrio orçamental, verifica-se que as receitas cobradas foram inferiores à totalidade das despesas e que as receitas de capital não suportam a totalidade dos investimentos, o que obriga como recurso às receitas correntes e ao saldo de gerência. 8. Relativamente à análise dos investimentos, verificamos que a ambição e a vontade de fazer não chega, é preciso ter noção da realidade, não prometendo aquilo que não se vai conseguir cumprir, e neste capítulo, se mesmo com uma taxa de execução tão baixa o resultado financeiro da Junta é o que se vê, então se tivesse apenas subido este grau de execução para 50 %, seria apresentado um acréscimo de mais 20.000 € à dívida.”.

Terminada a sua intervenção, a Sra. Presidente de Assembleia questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir.

Inscreveu-se Jorge Miguel Silva (bancada PSD), que começou por referir a sua questão que, tendo em conta que o Sr. Presidente da Junta disse que a receita de dois mil e dezoito tinha transitado para dois mil e dezanove, tal como o valor das despesas, se seria possível que tal volte a acontecer no futuro.

Luciana de Sousa, Presidente da Assembleia, não tendo mais nenhum membro para intervir, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que se iniciou, dizendo que pensava que algumas das perguntas, já tinha respondido no parâmetro da apresentação de prestação de contas, como o apoio ao investimento, que foi um apoio das verbas que ficou retida naquela explicitação que deu, tendo-se ido buscar porque já tinham feito a despesa.

Explicou que conseguiram, através da Câmara Municipal e atendendo à situação especial, poder apresentar a despesa depois, podendo ser paga em dois mil e dezanove, na qual já estava contemplada.

Afirmou, ainda, que não se justificava, porque as contas eram o que eram, não sendo portanto, uma justificação, sendo antes, uma realidade, lembrando, já ter dito a Américo Dias e à presente Assembleia, que tinha muito orgulho na gestão que têm feito, embora que a dívida possa parecer uma coisa de mais importância, referiu que esperava que fossem coerentes com aquilo que dizem localmente e, que nas próximas eleições não votem no Partido Socialista,



porque a dívida do país é astronómica, sendo que lhe parece, que os membros do PS só dão importância a essa questão.

Salientou dois pontos que, na sua opinião pessoal, eram contraditórios. Pois, Américo Dias reivindica mais investimento e a Junta só consegue investir se for à conta corrente (tendo sido isso que fizeram). Ao ler a prestação poderia ver que o executivo da Junta, apesar dessas limitações todas, ainda conseguiram ir á receita corrente, (explicando a todos o que é a receita corrente, é aquilo que se pode gastar em gasolina, eletricidade, pessoal, portanto, serviços externos) para fazer também investimento, estando plasmado no documento, parecendo isso uma boa prática que, apesar do resultado final não ser o que gostam, era um resultado condicionado.

Relativamente ao facto de Américo Dias ter focado ali o início e final de dois mil e dezoito, o Presidente da Junta disse que se as coisas tivessem corrido naturalmente, que tinha havido uma diminuição da dívida, no valor de trinta e quatro mil euros e não o aumento do valor de quarenta mil. De qualquer das formas, o executivo da Junta de Freguesia estão tranquilos quanto a essa questão, aproveitando a dizer que também se tratava de um mito que o Partido Socialista andava a tentar criar ao dizer que a Junta tinha muitas dificuldades financeiras, contudo, lembrou que em outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, a Junta sem receita, continuou a prestar serviços à população e a exercer a sua função, continuando a pagar os ordenados aos seus colaboradores, pagar os impostos e cumprir com as obrigações de caixa, portanto, se de facto esta é uma má situação financeira sem receita, mesmo continuando a cumprir com as próprias obrigações, no seu parecer, há quem esteja muito pior.

Continuou a sua explicação, referindo que a questão dos rendimentos de propriedades era uma verba que estava a ser afetada pela impossibilidade de receber do parque de campismo e que resolveram, no presente orçamento, retirar, atendendo às novas realidades relativamente ao desenrolar do processo.

Respondendo ao Jorge Miguel Silva, o Sr. Presidente da Junta afirmou ser possível acontecer no futuro, se não conseguirem negociar prazos de pagamento com os trabalhadores, correndo o risco de terem as receitas penhoradas por não conseguirem pagar, até que resolvam a situação.

No próximo ano, pedindo atenção também aos elementos do Partido Socialista, esclareceu que podem trazer a mesma folha escrita, porque o resultado iria ser o mesmo, ou seja, irão ter uma baixa taxa de execução no investimento, porque ou há receita extraordinária ou a taxa de



execução vai ser sempre pequena, sendo essa a realidade da Junta de Freguesia. Não havendo receitas extraordinárias que permitam fazer investimento, ou aumenta mais a dívida e se faz investimento para os senhores poderem dizer que há grande taxa de execução, mas também uma grande dívida, ou não se faz investimento e diminui a dívida.

Acrescentou que, procuram agir de forma equilibrada, atendendo que os anseios da população sejam correspondidos e procuram que as contas da Junta de Freguesia possam ser solucionadas até outubro ou setembro de dois mil e vinte e um, sendo esse o compromisso do presente executivo da Junta, ou seja, chegar ao final do mandato e não deixar dívida para quem vem a seguir.

A questão da dívida a trinta e um de dezembro de 2018, mesmo sendo importante avaliar os momentos, vale o que vale, visto que as economias são dinâmicas, assim como as atividades da junta e os investimentos, portanto, se for feita uma obra no dia cinco de dezembro e a fatura chegar no dia vinte e nove de dezembro, ela pode ser de cem mil euros e se vai passar para uma dívida de cem mil euros. O que será importante é questionar se haverá ou não condições de se enfrentar essa questão de forma séria e resoluta, para que a Junta de Freguesia deixe de ter dívida, na qual repetiu, não havendo receita extraordinária, será a população a sofrer, porque será a população que terá um serviço com menos qualidade.

Apesar do executivo da Junta ser o mesmo, desde dois mil e treze, explicou, que foi liquidada uma dívida no valor de cerca de cento e trinta mil euros, de dois mil e treze a dois mil e dezassete, ainda com a agravante de ter pago cento e vinte e cinco mil euros relativo ao processo do parque de campismo, portanto, cerca de duzentos e cinquenta mil euros que foi pago, sendo que a dívida se situa, de momento, nos noventa mil euros, tendo em conta os custos do parque de campismo cada vez menores, havendo ainda possibilidade ou não de indemnização das benfeitorias.

No entanto, naquilo que é corrente, são menores, a não ser que sejam condenados a pagar trezentos e setenta e cinco mil euros, havendo assim, depois outro problema para resolver.

Assegurou a Américo Dias, que em relação ao parque de campismo, se a Junta tivesse dinheiro, o próprio Presidente de Junta já tinha pago para os tirar de lá, garantindo que mais de metade da população estaria de acordo com essa posição. Quando se trata do parque de campismo, antes fosse essa, uma matéria para unir as forças partidárias e não para criticar a Junta de Freguesia. Deu como exemplo que, no presente mês de maio, quarenta e um mil euros que a Junta pagou de iva das rendas que não recebeu, nomeando que quem tem negócios sabe



que não adianta receber, porque primeiro tem de se pagar ao Estado. Questionou ainda o Américo Dias, se seria culpa da Junta, não terem recebido as rendas e se sabia quantas vezes reuniram com o clube nos anos anteriores. Informou também, que o clube tinha um cheque para passar à Junta e quando foram à sede, o cheque estava debaixo de umas folhas e no final foram embora diretos para o tribunal, porque o presidente do clube entendeu que não ia pagar o cheque de setenta e oito mil euros à Junta, estando a própria até na disposição de propor à Assembleia que se perdoasse alguma parte da dívida para se poder receber alguma coisa.

Garantiu ter sido feita muita coisa para se poder resolver o assunto, inclusive, até para que a Assembleia não dissesse que não faziam nada nesse período e, quando o próprio Presidente da Junta até nem era ainda o Presidente, era tesoureiro, propôs-se que se pagasse um valor de quinhentos euros mensal para irem recebendo pelo menos alguma coisa, mas o clube nunca esteve nessa disposição. Não será estranho que a maioria dos campistas estejam do lado da Junta de Freguesia. Revelou que têm feito um esforço, para que as contas não se agravem e a população não sinta essa dificuldade da tesouraria, pensando sinceramente que estarão a conseguir e garantiu que assumiriam o compromisso, que assim que terminasse a dívida, porque têm um mandato dado pelo povo, para gerirem os destinos/contas da freguesia.

Após encerrado o esclarecimento, Américo Dias pediu para intervir novamente, na qual começa por se dirigir ao Sr. Presidente da Junta pelo que afirmou anteriormente, da bancada do Partido Socialista estar do lado do campismo. Passou a explicar, que a bancada do Partido Socialista tem é trazido questões para que a situação do campismo seja esclarecida para toda a população de Cortegaça, retocando que se não trouxerem eles questões, ninguém sabe do que se passa, porque o Sr. Presidente só diz quando lhe é questionado. Declarou que não estão do lado do campismo, estão sim, do lado da verdade e querem saber como as coisas se processam, para poderem ajuizar e estar dentro da situação. A democracia é assim que funciona, ajustou.

Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia, após terminada a intervenção de Américo Dias, pergunta ao Sr. Presidente da Junta se tem alguma explicação a fazer a Américo Dias.

O Sr. Presidente revelou ter apenas a dizer ao Sr. Américo Dias, que não foi isso que disse, apenas disse que deveriam estar todos do mesmo lado.

A Sra. Presidente de Assembleia, deu de seguida início à votação das contas do ano económico de dois mil e dezoito, tendo sido posteriormente aprovada pela maioria, com sete votos a favor do PSD e dois contra do PS.



Questionados pela Presidente da Assembleia, não houve qualquer declaração de voto e deu-se continuidade à ordem de trabalhos.

- **Ponto Cinco:** Discussão e apreciação do inventário em 31/12/2018;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para poder apresentar o respetivo ponto, onde este último começou por declarar que o presente documento era esclarecedor, mas lembrando que às vezes existe alguma confusão na questão do inventário, porque mesmo as Juntas de Freguesia ao terem valores de orçamento ótimos de caixa (valorizações que por vezes aparecem no inventário), não têm qualquer influência nas contas da Junta.

Aproveitou para esclarecer também o assunto da carrinha no documento, que embora não esteja aos olhos da população há algum tempo, o processo legal de abate só foi concluído em dois mil e dezanove, sendo por isso, que tenha aparecido ainda em trinta e um de dezembro.

Sem mais nada a acrescentar, a Sra. Presidente de Assembleia deu abertura às inscrições para intervenção, ao qual se inscreveu Américo Dias.

Américo Dias iniciou a sua intervenção clarificando que não sendo no sentido de fazer alguma contestação, pretendia que fosse explicado o inventário, visto que o documento quando é entregue deve estar legível em todos os seus pontos e, pedindo que fosse consultada a coluna cento e sessenta e três, onde estava descrito um valor de trinta mil euros na qual não se percebia o que estaria lá escrito. Acrescentando também a coluna cento e sessenta e dois.

Sérgio Vicente, Presidente da Junta, explicou que poderia ser um erro de *software*, não tendo total certeza, dando, no entanto, indicação de que seriam valores de terrenos da Junta de Freguesia.

Américo Dias pediu para que se corrigisse aqueles dados, ao qual, o Sr. Presidente de Junta, propôs já na semana seguinte se reenviasse o inventário com os dados explícitos.

Por fim, a Sra. Presidente de Assembleia questionou se haveria mais alguém para intervir, mas não havendo, deu então a palavra ao Sr. Presidente de Junta.

O Sr. Presidente de Junta, para terminar, passou a explicar que, de facto, a presente Junta, tem feito um enorme esforço referente à regularização dos terrenos pertença da freguesia,



realizando os registos desses mesmos terrenos, visto que muita gente falava que a Junta teria muitos terrenos, mas que na verdade alguns já são estradas ou caminhos.

Em relação à área florestal, entre o rio do buçaquinho e a praia, está-se também a concluir um processo de registo definitivo, visto que haveria alguma documentação válida e através dessa mesma documentação se tem clarificado a questão com o Dr. Domingos Silva da Câmara Municipal de Ovar, estando ele também a colaborar no processo, que por terem sido alguns terrenos será preciso reajustar áreas, havendo previsão de concluir em breve, a questão dos terrenos e das casas, a Junta poderá mostrar realmente qual é o seu património.

Terminada a intervenção, a Sra. Presidente de Assembleia procedeu à votação do inventário de dezembro de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada por unanimidade, com nove votos a favor.

Questionou se haveria alguma declaração de voto a apresentar por algum membro, sendo as respostas negativas.

Sérgio Vicente, Presidente de Junta, pediu desculpa à Sra. Presidente, mas antes que desse como encerrada, queria informar ainda de uns eventos que iriam acontecer, embora podia ter sido já referido no ponto das atividades da Junta de Freguesia de Cortegaça, mas na qual não se lembrou.

Começou, então, por dar referência, no próximo dia três de maio, da presença da Rádio Voz de Esmoriz em direto, num programa em conjunto com Junta e todas as associações e coletividades da freguesia de Cortegaça, sendo um momento interessante para ouvir as mesmas a falarem sobre o que fazem, quais as suas necessidades e dificuldades, entre outros.

Dia onze de maio, a presença da confraria do azeite e do foliar, de Macedo de Cavaleiros (Trás-os-Montes), para fazer o seu capítulo IV.

Dia dezoito de maio, será comemorado o dia dos cuidadores, organizado pela ajuda e prevenção fraterna, sendo também um momento importante para cuidadores, na qual a Junta se associa e marcará a sua presença.

Por fim, no dia trinta e um de maio, dia mundial do não fumador, em que haverá a apresentação de um livro, de um médico de Ovar, o Dr. Valdemar Gomes, onde se falará dos malefícios que o tabaco causa, de questões ambientais como as beatas nas praias, entre outros, na qual todos são convidados, para que não possam depois colocar em causa, que a Junta não convidou.



Luciana de Sousa, Presidente de Assembleia, deu por encerrada a sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e dezanove, acrescentando que a presença e participação de todos era do agrado, visto que também engrandece e enriquece Cortegaça.

Cumprimentou todos e aproveitou para reforçar o apelo à participação de todos nas atividades futuras na Junta de Freguesia, mencionadas na presente sessão.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,

(Luciana Camboa de Sousa)

A Secretária,

(Maria da conceição Grade Alves)

O Secretário,

(Cipriano Oliveira Gomes)